

POLITEÍSMO E MONOTEÍSMO EM DAVID HUME

POLYTHEISM AND MONOTHEISM IN DAVID HUME*

RODRIGO BENEVIDES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, BRASIL

Resumo: Trata-se aqui de demonstrar o percurso desenvolvido por David Hume na obra *História Natural da Religião* (1757), a saber, a origem psicológica do pensamento religioso como fruto da combinação de medo e ansiedade, assim como a cronologia das religiões que vai, necessariamente, do politeísmo ao monoteísmo, examinando também - de acordo com a visão de Hume - a influência das diversas religiões na moral e na conduta.

Palavras-chave: David Hume. Monoteísmo. Politeísmo. Religião.

Abstract: It is demonstrated the path developed by David Hume in *Natural History of Religion* (1757), that is, the psychological origins of religious beliefs through the combination of fear plus anxiety and the chronology of religions that goes necessarily from polytheism to monotheism, as well as examining, according to Hume, the role of religion in moral behavior.

Keywords: David Hume. Polytheism. Monotheism. Religion.

* Artigo recebido em 02/01/2020 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 15/07/2020.

** Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2282727419885115>. E-mail: rodrigobenevides23@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Para além de obras epistemológicas que figuram entre as mais importantes da história do pensamento ocidental¹, David Hume é também um dos notórios filósofos a tratar criticamente a origem e as características de sistemas, crenças e argumentos religiosos. Partindo de uma original combinação entre empirismo e ceticismo, Hume pretende - na obra *História Natural da Religião* (1757) - demonstrar as raízes psicológicas do pensamento religioso e as vantagens e desvantagens morais das diferentes variações politeístas e monoteístas.

Partindo do pressuposto de que há, grosso modo, duas teses sobre a origem da religião - primeiro, aquela que afirma que a crença provém de uma contemplação racional da *physis* ou do cosmos e, por outro lado, a proposição de que a defesa de uma esfera divina se origina em bases psicológicas - Hume defende a segunda proposição ao afirmar que a religião é consequência causal do medo seguido de ansiedade. Daí, Hume argumenta que - necessariamente - as organizações sociais primitivas confabularam sistemas politeístas para, eventualmente, originar esquemas monoteístas; sendo tal cronologia justificada pela íntima conexão entre nível de desenvolvimento intelectual e cosmovisão religiosa, como veremos mais detalhadamente.

Dito isso, o presente trabalho está dividido da seguinte forma: primeiramente, examina-se a tese naturalista humeana da origem psíquica da postura religiosa; a seguir, demonstra-se as características do politeísmo e do monoteísmo; finalmente, indica-se as diferenças comportamentais atreladas a tais variações religiosas.

I - NATURALISMO E RELIGIÃO

Logo na introdução de *História Natural da Religião* (1757), David Hume defende seu intuito de demonstrar a causa do pensamento religioso a partir de “sua origem na natureza humana” (HUME, 2004, p. 21). Percebe-se, portanto, que Hume pretende apresentar uma perspectiva naturalista ao apontar os fundamentos psicológicos dos diferentes sistemas religiosos. No entanto, como Hume adverte, “não há duas nações, e dificilmente dois homens, que concordem com exatidão sobre os mesmos sentimentos.” (Ibid., p. 22). Desse

¹ Levando Bertrand Russell a afirmar que Hume “desenvolveu, até sua conclusão lógica, a filosofia empírica de Locke e Berkeley.” (RUSSELL, 2015, p. 211);

modo, Hume diz que, apesar de toda religião poder ser explicada a partir da compreensão da natureza humana, não significa que a crença religiosa seja um fenômeno psíquico inevitável, pois o filósofo aponta que “foram descobertas algumas nações que não mantêm quaisquer sentimentos religiosos.”² (Idem). Com isso, Hume defende que não há indícios empíricos que apontam a crença em deus ou deuses como uma espécie de desdobramento necessário do funcionamento normal de nosso aparato cognitivo. Em outras palavras, deve-se compreender que a religião “não surge de um instinto original ou de uma impressão primária da natureza humana, como a que dá nascimento ao amor-próprio, à atração entre os sexos, ao amor pelos filhos, à gratidão ou ao ressentimento.” (Idem), ou seja, o amor por si ou o instinto sexual, diz Hume, são caracteres universais, isto é, comportamentos observáveis em toda e qualquer organização humana que se teve contato. Portanto, já que os sistemas religiosos são diversos e, em alguns casos, inexistentes, Hume conclui que a crença em alguma forma de divindade não deve ser incluída como parte integrante de princípios comportamentais inerentes ao homem³. Dito de outro modo, Hume afirma que as proposições explicativas da realidade que se utilizam de uma roupagem religiosa “devem ser

² Apesar de Hume não citar em sua obra quais seriam tais nações, podemos lembrar do conhecido espanto dos missionários jesuítas no Brasil quando perceberam que, dentre os Tupi-Guarani, parecia não haver nenhum tipo de religião: “segundo os primeiros relatos de missionários e outros colonizadores, eles pareciam ser ‘gente sem lei’: povos e culturas sem a ideia de um deus, sem o seu temor, sem mais nada do que vagos nomes dados a algum fenômeno da natureza. A própria noção do sagrado parecia ser desconhecida aos tupi-guarani. Ali estava uma gente que ao contrário de outros índios encontrados na rota dos descobrimentos, parecia não possuir ritual algum de qualquer tipo de culto religioso. Não possuindo em aparência o conhecimento de um deus, não pareciam ter crença alguma em outros seres: maléficos ou demoníacos. E se aos primeiros jesuítas espantava uma ‘gente’ sem fé, consolava a desconfiança de que, pelo menos entre eles, não seria necessário combater ‘falsas crenças’, pois, a um primeiro olhar piedoso, parecia não haver nenhuma.” (BRANDÃO, 1990, p. 58). Hélène Clastres complementa: “Depois do padre Manoel da Nóbrega e dos primeiros missionários, todos os viajantes que visitaram os índios corroboram esta afirmação: não somente eles não tinham conhecimento algum do deus verdadeiro – o que, tratando-se de selvagens, a ninguém surpreendia – mas tampouco tinham falsas crenças. Esse traço notável das nações pós-guarani espanta – ainda que anime, pelo menos, os missionários: sua tarefa de evangelização vê-se simplificada, por não terem de combater crenças já estabelecidas. Rebeldes à ideia corrente sobre o que deveriam ser os pagãos – adoradores de divindades múltiplas e praticantes de cultos idólatras – esses índios em nada acreditavam, não adoravam astros, nem animais, nem plantas, nem contando com padres ou lugares sacros.” (CLASTRES, 1978, pp. 14-15).

³ Com isso, a tese de Hume está de acordo com a lista de universais apresentada pelo antropólogo Donald E. Brown em sua obra *Human Universals* (1991), uma compilação feita a partir de dados coletados por inúmeros etnógrafos. Assim como Hume, a lista de Brown - endossada pelo psicólogo darwinista Steven Pinker (2002) - não possui a religião ou a pura crença não-institucionalizada em deuses como algo observável em toda e qualquer aglomeração humana. Alguns exemplos de universais contidos na obra de Brown são: adorno corporal, antônimos, antropomorfismo, armas, atividades lúdicas, categorias semânticas de localização e velocidade, ciúme sexual, classificação de cores, dança, divisão sexual do trabalho, estupro, etnocentrismo, horários para refeições, luto, termo designativo para a mão, música, noções lógicas de “igual”, “oposto” e de “parte/todo”, polissemia, preferência pelos próprios filhos e parentes próximos, regulação sexual, ritos de passagem, tabus sexuais, tabus de linguagem, unidades de tempo, distinção entre verdadeiro e falso, fingimento, vergonha, etc.

secundários, a tal ponto que facilmente podem ser pervertidos por diversos acidentes e causas, e, em certos casos, até sua operação pode ser completamente impedida por um extraordinário concurso de circunstâncias.” (Idem). Com isso, o surgimento da religião, de acordo com Hume, pode ser descrito a partir da seguinte fórmula: *medo* seguido de *ansiedade*. Após a impressão de medo que algum fenômeno natural (inicialmente inexplicável) deixa no homem, sua memória do fato possibilita que, posteriormente, a imaginação domine-o, introduzindo assim um estado psicológico de ansiedade, isto é, um medo do porvir: “A religião primitiva da humanidade surgiu principalmente de um medo dos acontecimentos futuros [...] Uma vez que um terror infundado se apodera do espírito, a imaginação entra em ação e multiplica ainda mais o número de objetos terrificantes” (Ibid., 107).

Em suma, o argumento de Hume gira em torno da perspectiva de que evidências indicam que o surgimento de religiões ou proposições religiosas não é um fenômeno indissociável da natureza humana. Não só a pluralidade de manifestações religiosas (politeísmo, monoteísmo, animismo, henoteísmo, xamanismo, etc.) e sua inevitável incompatibilidade apontam para tal tese, como também o fato supracitado de certas tribos irreligiosas terem sido descobertas no decorrer da história. Como diz Hume, as instâncias existenciais de cunho religioso - dado uma série de eventos contingentes - podem muito bem variar enormemente ou simplesmente não existir em determinadas organizações sociais, pois “as primeiras ideias da religião não nasceram de uma contemplação das obras da natureza, mas de uma preocupação em relação aos acontecimentos da vida, e da incessante esperança e medo que influenciam o espírito humano.” (Ibid., p. 31). Dessa forma, diversos são os desdobramentos causais de tais estados psicológicos, podendo ou não resultar em sistemas de crenças mitológicas. Com isso, nos resta agora compreender quais são as condições que “engendram a crença original e quais são esses acidentes e causas que regulam sua operação.” (Ibid., p. 22.)

II - POLITEÍSMO E MONOTEÍSMO

a) Politeísmo

Segundo Hume, “o politeísmo ou idolatria foi, e necessariamente deve ter sido, a primeira e mais antiga religião da humanidade” (ibid., p. 23). De acordo com o filósofo escocês, a necessidade do politeísmo como primeiro tipo de manifestação religiosa - e é aqui que entra sua tese - ocorre devido à natural progressão do intelecto humano, isto é, a crença em uma

única divindade está intimamente atrelada ao desenvolvimento teórico-científico e tecnológico da humanidade, pois é somente em patamares superiores de abstração e domínio utilitário da natureza que se torna possível a percepção da conexão entre os diversos fenômenos naturais e a subsequente elaboração de argumentos como o do *design inteligente*⁴. Portanto, Hume assume que “aproximadamente 1700 anos atrás toda a humanidade era politeísta. [...] Quanto mais remontamos à Antiguidade, mais encontramos a humanidade imersa no politeísmo.” (Idem.) Naturalmente, devido às limitações cognitivas e econômicas dos primeiros homens, a tendência é o antropomorfismo de objetos e fenômenos a partir do ponto de vista narcísico. Além disso, todo evento significativo é tomado em referência à vida humana. A origem da religião, portanto, provém da incapacidade de compreensão da *physis* e o inevitável foco em si como centro do Ser.

O vulgo, ou seja, na verdade todos os homens exceto uns poucos, por falta de conhecimento e de instrução, nunca levantam os olhos para o céu, nem investigam a estrutura oculta dos vegetais e dos corpos dos animais, a ponto de chegar a descobrir um espírito supremo ou uma providência originária que conferiu ordem a todas as partes da natureza. Eles observam essa obra admirável de um ponto de vista mais limitado e egoísta, e, descobrindo que sua própria felicidade e desgraça dependem de influências secretas e do concurso imprevisível dos objetos exteriores, examinam com atenção perpétua as *causas desconhecidas* [...] Essas causas desconhecidas também são invocadas em todos os momentos difíceis; e essas formas gerais e imagens confusas constituem o objeto eterno de nossas esperanças e temores, de nossos desejos e apreensões. Pouco a pouco, a imaginação ativa dos homens, incomodada por essa concepção abstrata dos objetos, dos quais constantemente se ocupa, começa a torná-los mais precisos e revesti-los com formas mais adequadas a sua compreensão natural. Ela os representa, então, como seres sensíveis e inteligentes, semelhantes aos homens, movidos pelo amor e pelo ódio, suscetíveis às oferendas e às súplicas, às pregações e aos sacrifícios. Eis aqui a origem da religião e, conseqüentemente, da idolatria e do politeísmo. (HUME, 2004, pp. 71-72)

Hume defende a primazia cronológica do politeísmo não só em bases empíricas, mas no próprio raciocínio que sustenta a visão monoteísta como indício de desenvolvimento intelectual de uma dada sociedade, isto é, do mesmo modo que não faz sentido pensar em “geometria antes de agricultura” (Ibid., pp. 24-25), não parece razoável admitir o monoteísmo como anterior ao politeísmo ou algum tipo de origem simultânea. Hume assegura de modo tão veemente sua tese que um experimento de pensamento é proposto: se um viajante chegasse em uma região desconhecida e se deparasse com habitantes “versados nas ciências e nas artes” (Ibid., p. 24), não haveria possibilidade de inferir qual tipo de sistema religioso tais humanos poderiam possuir (apesar do monoteísmo ser o mais provável), ou

⁴ Formalizado pela filosofia católica na *Quinta Via* de Tomás de Aquino durante o período escolástico.

seja, “nada poderia concluir sobre esse tema sem antes realizar uma investigação mais profunda.” (Idem). Entretanto, se o viajante percebe que as pessoas que ali se encontram são, na verdade, um grupo de “ignorantes e bárbaros, poderia afirmar, antecipadamente, com mínimas possibilidades de erro, que eram idólatras.” (Idem).

Hume, como ficou claro, hierarquiza os sistemas religiosos. Do mesmo modo que a geometria só pode vir depois da agricultura, ou a matemática depois da música, o politeísmo é invariavelmente anterior ao monoteísmo. A figura de um único deus, portanto, é concomitante ao avanço da apreensão intelectual da natureza. Apesar da maioria das pessoas não chegar à conclusão da existência de um só deus a partir da ponderação acerca do conjunto dos avanços científicos e tecnológicos da sua sociedade, como o próprio Hume ressalta, a ideia monoteísta é, necessariamente, atada ao avanço da abstração do pensamento que fundamenta a possibilidade de interpretação do mundo como a obra de um único ser. Mesmo que seja perfeitamente plausível a interpretação politeísta da criação, e que a contradição percebida em determinados eventos possa introduzir a noção de que seja impossível a existência de um único deus, a crescente abstração e apreensão intelectual do homem, Hume argumenta, tende a leva-lo à conclusão do desígnio de um ser individual.

Não obstante, para pessoas que possuem um certo modo de pensar, pode não parecer completamente absurdo que vários seres independentes, dotados de uma sabedoria superior, fossem capazes de cooperar para a invenção e execução de um plano regular. Contudo, essa é uma hipótese meramente arbitrária, que, mesmo que a admitamos como possível, não é sustentada pela probabilidade nem pela necessidade. Todas as coisas do universo são evidentemente uniformes. Todas as coisas estão ajustadas a outras coisas. Um desígnio predomina inteiramente em tudo. E essa uniformidade leva a mente a reconhecer um só autor⁵ (HUME, 2004, pp. 29-30)

Partindo daí, não é de se admirar que Hume considere o politeísmo como “a religião primitiva dos homens incultos.” (Ibid., p. 29). Portanto, tal tese, somada aos exemplares empíricos de historiadores e etnógrafos, nos impele a assumir o politeísmo como estágio inicial necessário do fenômeno religioso: “As tribos selvagens da AMÉRICA, ÁFRICA e ÁSIA são todas idólatras. [...] De qualquer lado que tomemos esse dilema, parece impossível que o monoteísmo possa ter sido, a partir do raciocínio, a primeira religião da raça humana.” (Ibid., pp. 24-28).

⁵ Para que fique claro: Hume não endossa a visão criacionista à la monoteísmo abraâmico como a citação parece indicar. Como o tradutor Jaimir Conte nos diz, “Hume [...] evitou ser muito direto em sua abordagem, mantendo, em alguns casos, argumentos que na realidade destrói em outros escritos. [...] Hume alega várias vezes que a existência de Deus pode ser provada racionalmente. Contudo, seus outros escritos e sua correspondência sugerem que ele não acreditava nisso.” (CONTE *apud* HUME, 2004, p. 127).

Caracterizado como uma transferência de traços humanos aos inúmeros fenômenos naturais e objetos inanimados, o politeísmo reflete o parco desenvolvimento intelectual humano: “atribuímos maldade ou bondade a tudo o que nos faz mal ou nos agrada [...] árvores, montanhas e rios são personificados e atribuí-se sentimentos e paixões aos elementos inanimados da natureza.” (Ibid., p. 36). Ao projetar volição nos acontecimentos naturais, o homem - pela faculdade da memória - passa a inferir que no tempo futuro tais ocorrências podem vir a se repetir, levando-o a rituais dos mais variados no intuito de influenciar ou barganhar esses seres poderosos e egóicos a seu favor, pois “Os homens imaginam que suas divindades, apesar de poderosas e invisíveis, não são mais que criaturas humanas, talvez surgidas no meio deles, e que conservam todas as paixões e apetites humanos.” (Ibid., p. 38). Tal antropomorfismo, aliado à parca compreensão das interligações dos variados fenômenos, confirma mais uma vez a hipótese de Hume: “o politeísmo predominou, e ainda predomina, entre a maioria dos homens incultos.” (Ibid., p. 39). Desse modo, a ideia de que a concepção monoteísta está atrelada ao alargamento da inteligibilidade do cosmos ganha cada vez mais embasamento, ou seja, quanto maior o domínio e a compreensão da natureza, mais próximo uma dada organização humana se encontra de formular o conceito de um deus único, isto é, de uma concepção monoteísta fundada em uma cosmologia de cunho criacionista.

Ignorantes quanto à astronomia e quanto à anatomia das plantas e dos animais, e muito pouco curiosos para observar a admirável harmonia das causas finais, os homens [politeístas] permanecem ainda muito distanciados da noção de um criador primeiro e supremo, bem como da noção de um espírito infinitamente perfeito que, sozinho, por sua vontade todo-poderosa, conferiu ordem a toda estrutura da natureza. Uma ideia tão esplêndida é muito elevada para suas estreitas concepções, que não podem observar a beleza da obra, nem compreender a grandeza de seu autor. (HUME, 2004, p. 38)

Isso nos leva ao principal ponto de discordância entre politeísmo e monoteísmo, a saber, suas cosmologias. Enquanto a hipótese criacionista revela o nível de poder de um deus único, a ideia de geração anônima ou pura e simples eternidade do cosmos indica que “os deuses de todos os politeístas não valem mais do que os duendes e as fadas de nossos ancestrais” (Ibid., p. 44). Quando Hume nos lembra que “Os chineses batem em seus ídolos quando suas preces não são ouvidas” (Idem) ou que “Augusto, após ter perdido sua frota duas vezes por causa das tempestades, proibiu que Netuno fosse carregado em procissão com os outros deuses” (Ibid., 47), seu intuito é demonstrar que no politeísmo os deuses nunca são elevados ao patamar de criadores supremos. A inferioridade de seus deuses é igualmente perceptível no fato de certos indivíduos históricos conseguirem alguma façanha digna de veneração e,

com isso, facilmente serem elevados ao panteão dos incontáveis seres mitológicos. Os poderes e, principalmente, as características dos ídolos politeístas nos permitem colocá-los em grau inferior ao de Javé e Allah, pois não passa pela cabeça dos homens antigos que seus deuses tenham algum poder que esteja além de suas esferas delimitadas de domínio. Desse modo, além das diferenças de cunho moral e comportamental que veremos adiante, o ponto que melhor consegue explicitar a oposição fundamental entre monoteísmo e politeísmo é, como dito, a incompatibilidade de suas hipóteses cosmológicas. Não só elas são mutuamente excludentes, como elas refletem - seguindo a tese de Hume - o grau de apreensão intelectual do real, isto é, a defesa formal do criacionismo (mesmo que posterior à sua formulação original, é importante ressaltar) é indicativo da superioridade dos sistemas explicativos dos povos monoteístas, refletindo assim o desenvolvimento da ciência e da técnica de tais povos. Em suma, há uma irreconciliável oposição entre *Criação* e *Geração*, ou seja, entre criação do Ser a partir de um ato volitivo e mecanismos naturais anônimos que forjam ou simplesmente mantêm eternamente a chama viva do cosmos, para usarmos a imagem de Heráclito⁶.

Nunca entra na imaginação de um politeísta ou idólatra atribuir a esses seres imperfeitos a origem e a constituição do universo. Hesíodo, eu dizia, supõe que os deuses e os homens foram engendrados uns e outros pelos poderes desconhecidos da natureza. E do início ao fim de toda a teogonia desse autor, Pandora é o único exemplo de uma criação ou de uma produção voluntária - e ela também foi criada pelos deuses por simples despeito a Prometeu, que tinha dado aos homens o fogo roubado das regiões celestiais. Na verdade, os antigos mitólogos parecem, do começo ao fim, ter antes abraçado a ideia da geração que a da criação ou formação e, a partir disso, explicado a origem deste universo. (HUME, 2004, p. 48)

Não há distinção entre homens e deuses em cosmologias politeístas no sentido de que ambos são produtos que desdobram de uma esfera do cosmos que age de modo anônimo ou cego; não há um *telos* no âmago do Ser que seja proveniente de uma única entidade ou deus, pois. Tamanho o compromisso de tais teses cosmológicas que mesmo os deuses dos politeístas estão sujeitos à sorte ou ao destino, ou seja, sempre há um âmbito da realidade do qual nenhum deus politeísta possui controle, algo inconcebível em um sistema monoteísta no qual tudo está interligado e provém de uma única e toda-poderosa fonte pessoal e, via de regra, ontologicamente destacada da *physis* ou transcendente, o que nos leva agora à origem do monoteísmo.

⁶ “O mundo (*kósmos*), o mesmo de todos os seres, nenhum deus, nenhum homem o fez, mas era, é e será um fogo sempre vivo, acendendo-se em medidas e apagando-se em medidas.” (fr. 30) (HERÁCLITO, 1973).

b) Monoteísmo

Hume admite sem problemas que a manutenção da crença em um deus único geralmente não está associada ao pleno uso da razão: “se perguntássemos a um homem do povo por que ele crê em um criador do mundo onipotente, ele jamais mencionaria a beleza das causas finais, que ele ignora totalmente.” (Ibid., p. 59). O homem médio está imerso em suas atividades diárias e o olhar atento que desvela o mecanismo e a evidência de um *design* lhe é alheio, sendo sua crença, geralmente, produto apenas de uma mera reprodução das tradições estabelecidas. Sua mentalidade, muitas vezes, se assemelha ao do politeísta vulgar, o qual percebe a providência divina apenas em situações de exceção como a morte repentina de alguém saudável, um desastre natural e etc. Porém, Hume argumenta, é justamente na regularidade banal do dia-a-dia, isto é, no funcionamento normal dos ciclos da natureza que a tese de um deus único extrai sua melhor justificativa. Quando a mentalidade politeísta inferior começa a se desprender e deixar de focar sua atenção unicamente em eventos de exceção, é aí então que as sementes do monoteísmo começam a se desenvolver, pois “precisamente tal regularidade e uniformidade [da natureza] constitui a prova mais clara da existência de um desígnio e de uma inteligência suprema” (Ibid., p. 61).

No entanto, apesar de tal explicação (formalizada e possibilitada pelo avanço do conhecimento da natureza), Hume não deixa de admitir que, de forma consoante, a transição do politeísmo ao monoteísmo também ocorre devido a certas peculiaridades quase que inevitáveis dos sistemas de crença. Mesmo com as limitações projetadas em suas entidades, o homem politeísta também transfere ao panteão a ideia de um chefe ou líder dos deuses: “Pode facilmente ocorrer que, em uma nação idólatra, embora os homens admitam a existência de várias divindades limitadas, eles venerem e adorem, não obstante, um certo deus de modo particular.” (Idem). Desse modo, apesar do avanço intelectual ser um dos momentos cruciais para o estabelecimento do monoteísmo, Hume também assume outras forças causais atuando de modo sobredeterminado: o edifício monoteísta se ergue não apenas pela razão, mas também pela gradual adoração específica a um deus que, por algum motivo, se torna a figura central na cultura religiosa de um dado povo: “Dessa forma, é bastante natural que um deus limitado, inicialmente concebido somente como autor imediato dos bens e males particulares da vida, termine por ser finalmente representado como soberano criador e modificador do universo.” (Ibid., p. 63). Exemplo disso são os comportamentos

dos *Getas*⁷ monoteístas observados por Heródoto. Apesar de serem “monoteístas puros” (Ibid., p. 69), os *Getas* claramente não chegaram à conclusão de um deus único pela via da razão, tanto é que suas práticas indicavam resquícios comportamentais politeístas, a saber, “A cada cinco anos eles sacrificavam uma vítima humana [...] E quando trovejava eles ficavam tão irritados com ela [sua divindade única] que, para responder ao desafio, lançavam-lhe flechas e não recusavam o combate como desigual.” (Idem).

Em suma, Hume atesta que o desenvolvimento do monoteísmo é, em linhas gerais, um desdobramento do politeísmo causado por uma combinação de fatores. A crescente adoração de uma única divindade claramente direciona qualquer organização humana por à ideia de um deus único e criador, no entanto, igualmente deve-se conceber a hipótese de que, de modo consoante, a crescente observação, compreensão e manipulação dos elementos naturais regulares possibilitou a firme elaboração de uma visão cosmológica de cunho monoteísta que fundamenta qualquer religião monoteísta organizada ou institucionalizada. A seguir, vejamos os elementos que sustentam a ideia do vínculo causal entre os sistemas ao examinarmos o que Hume chama de fluxo e refluxo de crenças religiosas.

c) Fluxo e Refluxo Religioso

Hume afirma que “Deve-se assinalar que os princípios religiosos sofrem uma espécie de fluxo e refluxo no espírito humano, e que os homens têm uma tendência natural de elevar-se da idolatria para o monoteísmo, e recair de novo do monoteísmo para a idolatria.” (Ibid., p. 71). No entanto, o refluxo se limita a determinados comportamentos ritualísticos que indicam a permanência de práticas politeístas em sistemas monoteístas, isto é, quando uma sociedade desenvolve a ideia do monoteísmo, não há como voltar atrás, porém, certas atividades continuam ou retornam para, principalmente, suprir necessidades psicológicas que ressurgem devido a abstração cada vez maior que ocorre com a introdução de um deus único e ontologicamente distinto do cosmos.

O raciocínio de Hume para justificar o porquê de práticas politeístas permearem os diversos sistemas monoteístas é argumentar que o conceito de uma única divindade ultrapassa “o alcance da compreensão comum” (Ibid., p. 72). A crença em diversos deuses que possuem uma origem ontológica em comum e que, no fundo, não passam de outras

⁷ Tribos Trácias ou Dácias que ocupavam as regiões do Baixo Danúbio (atual Bulgária e Romênia).

manifestações da natureza, sempre será mais palpável, de compreensão mais imediata e natural. Os deuses únicos e transcendentés das variadas formas de monoteísmo, diz Hume, são “conceitos sutis” (Ibid., p. 72) concebíveis, como dito anteriormente, apenas após uma gradual elevação da importância de uma determinada entidade entre outras, como também do avanço intelectual do homem. Nem todos os indivíduos, portanto, estarão em sintonia com o avanço da marcha das crenças religiosas, facilitando assim a reintrodução ou a simples manutenção de comportamentos e práticas politeístas.

Naturalmente, dado o processo gradual de transição entre cosmovisões religiosas, Hume lembra que os deuses monoteístas “precisam ser apoiados pela noção de intermediários inferiores ou de agentes subordinados que se interpõem entre os homens e a divindade suprema.” (Idem). O catolicismo é, obviamente, o maior exemplo do refluxo aqui tratado. Os santos da Igreja Católica remediaram a remanescente necessidade psicológica de entes mais próximos que podem aceitar barganhas e funcionam como substitutos da dinâmica pagã de distribuição de caracteres divinos em diversos deuses. Desse modo, diz Hume, muitas vezes a iconolatria acaba por se tornar o âmago das práticas religiosas de muitas pessoas, muitas vezes sem se darem conta de estarem minando a essência mesma do monoteísmo: “Esses semideuses ou seres intermediários, como participam mais da natureza humana e nos são mais familiares, convertem-se no principal objeto de devoção e, pouco a pouco, reintroduzem a idolatria que havia sido antes desterrada.” (Ibid., pp. 72-73). Judeus e Muçulmanos, por outro lado, são claramente mais sensíveis em relação a essa inconsistência, chegando a proibir as artes escultóricas e pictóricas, claramente indicando seu temor “que a fraqueza comum dos homens derivasse daí a idolatria.” (Ibid., p. 73). Daí a intensa recorrência da rejeição à idolatria no pentateuco. Porém, argumenta Hume, o temor do judaísmo e do islamismo seria atenuado caso soubessem que, inevitavelmente, a adoração de ídolos após o estabelecimento do monoteísmo apenas incorrerá em um refluxo que os levará de volta ao reino abstrato, transcendente e incorpóreo do deus único. Dito isso, podemos, enfim, lidar com os desdobramentos morais presentes no politeísmo e no monoteísmo.

Por causa da debilidade de seu fraco entendimento, os homens não podem contentar-se em conceber sua divindade sob a forma de um puro espírito ou de uma inteligência perfeita, no entanto, seu terror natural os impede de atribuir-lhe a menor sombra de limitação ou de imperfeição. Os homens flutuam entre esses sentimentos opostos. Não obstante, sua própria fraqueza os arrasta para mais baixo: de uma divindade onipotente e espiritual para uma divindade corpórea e limitada; de uma divindade corpórea e limitada para uma estátua ou representação visível. O mesmo esforço de elevação para o sublime os impele novamente para o alto: de uma estátua ou de uma imagem material para um poder invisível; de um

poder invisível para um deus infinitamente perfeito, criador e soberano do universo. (HUME, 2004, p. 73)

III - MORAL E CONDUTA RELIGIOSA

Trata-se agora de, por fim, demonstrar as diferenças entre politeísmo e monoteísmo não em termos de origens psicológicas e teses cosmológicas, mas quanto aos desdobramentos comportamentais que expressam valores morais tácitos das diferentes cosmovisões. Hume inicia seu esforço comparativo com o exame da *perseguição* e da *tolerância*. O politeísmo, pelo fato de admitir limites acerca dos poderes de suas entidades, carrega uma ontologia na qual se permite a inclusão de novos deuses, facilitando assim a associação entre culturas diversas, limitando a possibilidade de conflito em razão de uma não-aceitação religiosa de alguma divindade ou culto (comum aos monoteísmos). Como diz Hume, “a idolatria possui a evidente vantagem de admitir naturalmente os deuses de outras seitas e nações como partícipes da divindade [...] O monoteísmo é totalmente o oposto, tanto em suas vantagens como em suas desvantagens.” (Ibid., p. 75). Quando o Império Romano dominava alguma cidade, seu costume era o de permitir a livre adoração religiosa já costumeira da cultura local, exigindo uma subserviência apenas em termos econômicos e militares. O monoteísta, por outro lado, que parte do pressuposto da incontestável coerência de seu sistema, deve obrigatoriamente inferir que as demais religiões sejam falsas ou, pelo menos, apenas parcialmente verdadeiras⁸: “Quando se admite um único objeto de devoção, a adoração de outras divindades é considerada absurda e ímpia.” (Ibid., p. 76). Com a impossibilidade de admitir a diplomática absorção de outras divindades, a intransigência monoteísta “proporciona aos homens astuciosos um falso pretexto, que lhes permite retratar seus adversários como ímpios e como objetos de vingança divina, assim como da humana.” (Idem). Com isso, devido ao seu próprio edifício constitutivo, o monoteísmo naturalmente inferioriza as demais manifestações religiosas e inclina os homens à perseguição e à intolerância. Um romano nunca encontraria exclusivamente em sua crença politeísta justificativas para aniquilar um povo; por outro lado, um cristão ou muçulmano consegue, sem grandes dificuldades, racionalizar seu domínio cultural e/ou militar em termos de ações que visam o agrado da divindade única a qual estão atrelados.

⁸ É o caso da incorporação católica de Platão e Aristóteles efetuada, principalmente, por Agostinho e Tomás de Aquino, respectivamente.

Além dos romanos, Hume lembra do caso dos gregos reforçado nos escritos de Xenofonte: quando se perguntava ao oráculo de Delfos quais seriam os ritos e deuses corretos para se adorar, a resposta era a de que, a depender da cidade na qual o indivíduo se encontra, deve-se adorar de acordo com aquilo que estivesse enraizado na cultura local. Até os próprios sacerdotes dos variados templos admitiam que havia salvação em seitas e cultos iniciáticos diversos, algo inimaginável para a mente monoteísta (HUME, 2004). Alexandre, o Grande conseguiu sem dificuldades, por conta de sua moral politeísta, adotar ritos e cerimônias babilônicas em sua visão de mundo, espalhando e promovendo princípios de sincretismo religioso que fundamentaram o cosmopolitismo do helenismo ulterior. Por outro lado, os egípcios constituem uma exceção a essa regra: “Os adoradores de cães não podiam permanecer muito tempo em paz com os adoradores de gatos ou de lobos.” (Ibid., p. 77). No entanto, apesar dos egípcios, o corolário se mantém: devido à certeza intransigente da verdade introjetada nos partícipes de sistemas monoteístas, o politeísmo é diametralmente oposto ao monoteísmo em termos de aculturação sociológica. Como diz Hume, mesmo quando se encontra aspectos de aceitação da pluralidade religiosa por parte dos monoteístas, isso deve-se mais às posturas seculares da sociedade do que aos fundamentos religiosos propriamente ditos⁹.

A intolerância de quase todas as religiões que têm mantido a unidade de Deus é tão notável quanto o princípio contrário dos politeístas. O espírito estreito e implacável dos Judeus é célebre. O maometanismo exhibe princípios ainda mais sangrentos e, mesmo atualmente, condena todas as outras seitas a penas eternas [...] E se entre os cristãos, os ingleses e os holandeses abraçaram os princípios da tolerância, essa singularidade teve por origem a firme determinação dos magistrados civis, que se opuseram aos esforços contínuos dos padres e dos fanáticos. [...] O politeísmo é tão sociável que a máxima impetuosidade e antipatia que ele encontra numa religião contrária dificilmente é capaz de causar-lhe aversão e rejeição. (HUME, 2004, p. 78)

Desse modo, Hume chega à inevitável conclusão: “Ouso afirmar que poucas corrupções da idolatria e do politeísmo são mais perniciosas para a sociedade do que essa corrupção do monoteísmo, quando chega à sua máxima expressão.” (Ibid., p. 79). Em nota de rodapé, Hume resume a discrepância ressaltada com a expressão latina *Corruptio optimi pessima*¹⁰, ou seja, o filósofo escocês não hesita em hierarquizar as religiões e colocar o monoteísmo como

⁹ Apesar da acurada análise de Hume quanto à intolerância como marca definidora do monoteísmo, devemos ressaltar que, por outro lado, o desenvolvimento do universalismo que fundamenta aquilo que hoje chamamos de Direitos Humanos é, dentre outras coisas igualmente relevantes, estreitamente conectado à noção de respeito à pessoa humana/indivíduo presente em diversas passagens do Antigo e do Novo Testamento, especialmente no que diz respeito àquilo que está implícito na *Grande Comissão* (Mateus, 28: 16-20).

¹⁰ “A corrupção das melhores coisas engendra as piores.”

característica do desenvolvimento intelectual humano, mas isso não o impede de notar que mesmo uma organização humana mais elevada teórica e tecnologicamente pode muito bem cometer atos mais bárbaros que politeístas vulgares. A preferência de Hume por uma sociedade construída em bases monoteístas é unívoca, no entanto, como dito, o monoteísmo é indiscutivelmente mais suscetível à perseguição e à intolerância e, com isso, consegue desmoralizar e, de um modo peculiar, retroceder o avanço civilizatório¹¹. Em suma, como argumenta Hume, “Os sacrifícios humanos dos Cartagineses, dos Mexicanos e de muitas nações bárbaras raramente superaram a Inquisição” (Ibid., p. 79).

Hume, então, se volta às diferenças dos sistemas quanto à *coragem* e à *humilhação*. Nesse ponto, Hume defende que, ao elevar de modo tão intenso o poder e o aspecto moral de sua entidade suprema, o monoteísmo acaba por, invariavelmente, levar o homem a adotar práticas ascéticas que, por si mesmas, paradoxalmente, impedem que os devotos cheguem próximo do deus adorado, pois a inferioridade existencial dos devotos é assumida de antemão. Enquanto a limitação das entidades politeístas permite que o homem se inspire em seus feitos e almeje sua própria elevação à condição de deus, o monoteísmo parte da hipótese de que as criaturas humanas são incorrigivelmente inferiores, cabendo apenas, como diz Hume, a incorporação de virtudes monásticas.

A comparação entre o monoteísmo e a idolatria nos permite fazer outras observações que também confirmarão a observação comum de que a corrupção das melhores coisas engendra as piores. A crença em um deus representado como infinitamente superior aos homens, ainda que seja completamente justa, é suscetível, quando acompanhado de terrores supersticiosos, de afundar o espírito humano na submissão e na humilhação mais vil, e de representar as virtudes monásticas de mortificação, da penitência, da humildade e do sofrimento passivo como as únicas qualidades que são agradáveis a deus. Mas quando concebemos os deuses como seres só um pouco superiores aos homens, e tendo visto que muitos deles se elevaram dessa classe inferior, sentimo-nos mais tranquilos em nosso trato com eles e até podemos, às vezes, sem impiedade, aspirar a competir com os deuses e imitá-los. Originam-se assim a atividade, a vitalidade, a coragem, a magnanimidade, o amor à liberdade e todas as virtudes que engrandecem um povo. (HUME, 2004, pp. 81-82)

Se tomarmos o Budismo, o argumento de Hume é válido, pois assentir com a quarta das *Nobres Verdades* e buscar o *Nobre Caminho Óctuplo* para quebrar o ciclo do *Samsara* é tido como algo alcançável por todos aqueles que adotarem corretamente as práticas associadas a Sidarta

¹¹ Pode-se contra-argumentar, como já se fez exaustivamente, que mesmo com os inúmeros sacrifícios e mortes que se encontram na conta do ímpeto imperialista da intolerância monoteísta, o saldo ainda é positivo, pois as ações dos impérios que dominaram tribos e comunidades politeístas conseguiram, no final das contas, acelerar o processo de desenvolvimento científico de tais indivíduos ao incorporá-los (com todas as ressalvas) na cultura monoteísta dominante. Essa posição é perfeitamente discutível, porém, não cabe aqui.

Gautama. De fato, quando se compara o helenismo com o cristianismo faz sentido afirmar que há um contexto mais propício para surgir alguém como Alexandre (que se inspirava em Aquiles, Hércules e Baco) no primeiro caso, porém, também não deixa de ser verdade que não faltou vitalidade em expedientes imperialistas justificados, mesmo que parcialmente, pelo segundo. Talvez, pode-se argumentar, se as sociedades cristãs ocidentais de fato assumissem a moral de Jesus, o povo em geral adotaria apenas uma conduta ascética, tal qual seu messias, ou seja, o argumento de Hume é válido se e somente se admitirmos o fato de que, na prática, o cristianismo como cosmovisão nunca foi completamente incorporado na diversidade comportamental de seus devotos, pois sempre há em uma cultura outros aspectos que servem de modelo para ensejar comportamentos, por maior que seja o enraizamento e a influência ideológica de uma religião. Com isso, admite-se que a observação de Hume possui pertinência, mas apenas como modelo teórico que, visivelmente, não se adequa ao real tão bem quanto à comparação anterior acerca da intolerância e perseguição, já que, como dissemos, há diversos fatores que afetam o modo no qual uma religião se materializa em comportamentos individuais, algo observado pelo próprio filósofo, vale ressaltar.

Os heróis no paganismo correspondem exatamente aos santos no catolicismo romano e aos santos dervixes na religião maometana. O lugar de Hércules, Teseu, Heitor e Rômulo está agora ocupado por São Domingos, São Francisco, Santo Antônio e São Benedito. Em vez da destruição dos monstros, da luta contra os tiranos e da defesa da pátria, flagelos e jejuns, covardia e humildade, submissão abjeta e obediência servil tornaram-se, entre os homens, os meios para obter as honras celestiais. [...] Esses fatos levaram Maquiavel a observar que as doutrinas da religião cristã (ou seja, da católica, pois ele não conhecia nenhuma outra), que recomendam apenas a coragem e o sofrimento passivo, subjugaram o espírito dos homens e o submetem à escravidão e ao servilismo. Observação que seria certamente justa, se não houvesse na sociedade humana muitas outras circunstâncias que determinam o gênero e o caráter de uma religião. (HUME, 2004, pp. 82-83)

Quanto à *dúvida* e à *convicção*, o politeísmo é claramente menos rígido que os sistemas monoteístas, no entanto, Hume argumenta que, mesmo em religiões monoteístas institucionalizadas, “a convicção dos homens religiosos é, em todas as épocas, mais fingida que real” (Ibid., p. 98), pois o conjunto de dogmas é tão abrangente e de tamanhas implicações que, na vida prática, boa parte das crenças são deixadas de lado em favor do conhecimento de senso comum que, muitas vezes, se distancia das teses canônicas. De qualquer modo, o politeísmo ainda se mantém como um sistema mais moderado em termos de intensidade de crença, especialmente devido aos meios de transmissão.

Uma outra causa que torna as religiões antigas muito menos firmes que as religiões modernas é que as primeiras eram *tradicionais*, e as segundas são *escriturárias*. Naquelas, a tradição era complexa, contraditória e, com frequência, duvidosa, de modo que não havia possibilidade de reduzi-la a uma norma ou cânone, nem de

propor artigos de fé determinado. As histórias dos deuses eram inúmeras, como as lendas papistas, e, embora quase todo mundo acreditasse um pouco nessas histórias, ninguém podia crer nelas ou conhecê-las integralmente; ao mesmo tempo, porém, todos deviam reconhecer que nenhuma parte repousava sobre melhores fundamentos do que as outras. [...] É por isso que a religião pagã parecia desaparecer como uma nuvem toda vez que alguém se aproximava para analisá-la parte por parte. Nunca foi possível estabelecê-la em dogmas ou em princípios invariáveis. [...] Quanto menos opressiva e prepotente for uma superstição, menos provocará o rancor e a indignação dos homens - ou os induzirá a se interrogarem sobre seu fundamento e sua origem. (HUME, 2004, pp. 99-101)

Por fim, e aqui se percebe a parte mais discutível das teses de Hume acerca da influência moral e comportamental da religião, chega-se à conclusão de que as crenças religiosas não conseguem elevar o espírito humano, pois a adoção impensada de um conjunto de crenças leva a ações hipócritas ou, em casos mais extremos, violentas. Hume visualiza o seguinte cenário: supondo que uma religião não exija de nenhum de seus adeptos qualquer tipo de ritual, preces ou sacrifícios, isto é, fundamente-se apenas em sermões que visam o debate e a compreensão do que é uma vida ética e justa, o desfecho mais provável que se poderia imaginar é que as inclinações humanas “tornariam o comparecimento a esses sermões a parte essencial da religião, em vez de colocá-las no caminho da virtude e dos bens morais.” (Ibid., p. 116). Se os males da religião fossem restritos apenas à hipocrisia comportamental, defende Hume, não haveria problema em sua aceitação. No entanto, ao citar Diodoro de Sicília, Hume argumenta que as ações mais criminosas e perigosas da humanidade são fundamentadas em crenças religiosas.

Barbárie e arbitrariedade: essas são as qualidades, ainda que dissimuladas com outros nomes, que formam, como podemos observar universalmente, o caráter dominante da divindade nas religiões populares. E até os sacerdotes, em vez de corrigir essas ideias perversas dos homens, têm-se mostrado dispostos a alimentá-las e a encorajá-las. Quanto mais monstruosa é a imagem da divindade, mais os homens se tornam seus servidores dóceis e submissos, e quanto mais extravagantes são as provas que ela exige para nos conceder sua graça, mais necessário se faz que abandonemos nossa razão natural e nos entreguemos à condução e direção espiritual dos sacerdotes. (HUME, 2004, pp. 120-121)

Com isso, percebe-se que há uma linha que conecta David Hume com o chamado *Neo Ateísmo* ou *Novo Ateísmo* que se popularizou no início dos anos 2000 com autores como Richard Dawkins, Christopher Hitchens, Daniel Dennett, Sam Harris, Lawrence Krauss etc. Tais autores, influenciados pela tensão geopolítica acirrada pelo atentado terrorista do *World Trade Center*, elegeram a religião como principal fomentadora de uma era de obscurantismo e terrorismo fundamentalista que, à época, ganhava contornos inegavelmente preocupantes. No entanto, não nos parece que a rejeição de crenças religiosas como fonte positiva de moralidade ou a defesa da religião como a raiz de ataques terroristas sejam de fato posições

irrefutáveis. A influência do politeísmo grego ou do cristianismo no desenvolvimento da ética ocidental é inegável e, por mais que o fundamentalismo religioso exerça um papel fundamental na escalada do extremismo terrorista, deve-se admitir que ele funciona, em última instância, como roupagem ideológica que reveste interesses geopolíticos que não cabem no escopo do presente artigo. Advogar uma cruzada iluminista ingênua, a nosso ver, desvia o foco da questão e obscurece o inegável valor intrínseco da religião no desenvolvimento intelectual, científico e moral do ocidente.

CONCLUSÃO

Como baluarte do ceticismo, Hume não deixa de apontar a pura e simples impossibilidade de verificação de todo e qualquer tipo de crença religiosa. Ao tratar a transubstanciação católica, por exemplo, o escocês remete a Averróis e tece comentários ácidos que, dentre uma miríade de exemplos, esclarecem o porquê de a Igreja Católica tê-lo colocado no *Index Librorum Prohibitorum*.

Deve-se reconhecer que os CATÓLICOS ROMANOS formam uma seita muito sábia, e que nenhuma outra congregação, salvo a da Igreja da INGLATERRA, pode disputar com ela tal título entre todas as Igrejas cristãs. Contudo, AVERRÓIS, o célebre ÁRABE, que sem dúvida tinha ouvido falar das superstições EGÍPCIAS, declara que, de todas as religiões, a mais absurda e insensata é aquela cujos adeptos comem sua divindade depois de tê-la criado. Creio, na realidade, que em todo o paganismo não há nenhum dogma que se preste mais ao ridículo que o da *presença real*, pois é tão absurdo que escapa a toda refutação. (HUME, 2004, p. 90)

Sem dúvida, não há como discordar de Hume quanto ao caráter não-verificável das crenças religiosas, o que levou Sigmund Freud a chamá-las corretamente de *ilusões*¹². Com isso, o compromisso de Hume com o ceticismo o leva a asseverar que um mundo sem religião é um passo necessário para atingirmos um patamar qualitativamente elevado da civilização humana. Deve-se admitir que essa é mais uma tese discutível de Hume acerca da religião, entretanto, figuras como Freud endossam a posição humeana¹³, indicando assim o valor perene de sua obra.

¹² “Quando digo que tudo isso [crenças religiosas] são ilusões, preciso delimitar o significado da palavra. Uma ilusão não é o mesmo que um erro, e ela também não é necessariamente um erro. A opinião de Aristóteles de que os insetos se desenvolvem a partir de restos, sustentada ainda hoje pelo povo ignorante, era um erro, e, do mesmo modo, a opinião de uma geração anterior de médicos de que a *tabes dorsalis* era consequência de excessos sexuais. [...] É característico da ilusão o fato de derivar de desejos humanos; nesse aspecto, ela se aproxima da ideia delirante psiquiátrica.” (FREUD, 2010, p. 52).

¹³ Cf. FREUD, Sigmund. *O Futuro de uma Ilusão* (2010).

Examinemos os princípios religiosos que têm, de fato, vigorado no mundo. Dificilmente nos persuadiremos de que eles são mais do que devaneios dos homens. Ou talvez consideraremos mais uma brincadeira de macacos com a forma humana do que afirmações sérias, positivas e dogmáticas de um ser que se vangloria com o nome de racional. [...] Não existe um absurdo teológico tão evidente que não tenha sido adotado, um dia ou outro, por homens dotados do mais vasto e refinado entendimento. Nenhum preceito religioso é tão rigoroso que não tenha sido adotado pelo mais libidinoso e mais dissoluto dos homens. [...] *A ignorância é a mãe da devoção.* Essa é uma máxima proverbial, confirmada pela experiência geral. [...] É tudo uma incógnita, um enigma, um mistério inexplicável. O único resultado de nossas investigações mais meticolosas sobre esse assunto parece ser a dúvida, a incerteza e a suspensão do juízo. Mas tal é a fraqueza da razão humana e tal é o irresistível contágio da opinião que dificilmente poderíamos manter essa dúvida deliberada, se não ampliássemos nossa visão e, opondo uma espécie de superstição à outra, as colocássemos em disputa, enquanto de nossa parte, durante essa fúria e controvérsia, felizmente escapássemos para as regiões calmas, ainda que obscuras, da filosofia. (HUME, 2004, pp. 125-126)

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Guarani: índios do sul - religião, resistência e adaptação*. Revista Estudos Avançados, Vol. 4, N. 10. São Paulo, 1990.
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem Mal*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1978.
- FREUD, Sigmund. *O Futuro de uma Ilusão*. Editora L&PM. Porto Alegre, 2010.
- HERÁCLITO. *Heráclito (Os pensadores)*. São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- HUME, David. *História Natural da Religião*. Editora Unesp. São Paulo, 2004.
- PINKER, S. *Tábula Rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2002.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



BENEVIDES, Rodrigo. Politeísmo e Monoteísmo em David Hume. **Synesis**, v. 12, n. 1, jul. 2020. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1841>
